

# O MINISTÉRIO DA CULTURA AO LONGO DOS ANOS: UMA TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS E REVESES

Marcela Ignácio<sup>1</sup>

**RESUMO:** A questão central que este trabalho busca responder é: a serviço de quem está o Ministério da Cultura no Brasil, dos interesses políticos e particulares ou sociais e coletivos? A análise é feita através do percurso do Ministério da Cultura ao longo dos anos, se mostrando como um reflexo das políticas de governo implantadas a cada momento da história do Brasil, desde a redemocratização até o Governo Bolsonaro.

**PALAVRAS-CHAVE:** cultura, política cultural, política pública, Ministério da Cultura.

"A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios." (RUBIM, 2007)

## 1 A PROBLEMÁTICA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA NO BRASIL: SEMEANDO DE UM NOVO CAMPO DE DISPUTAS POLÍTICAS

Ainda que a maior parte da atuação do Estado tenha acontecido na fase de transição da ditadura, sua configuração continua sendo moldada por parâmetros do regime autoritário, em declínio. A ditadura também realiza a transição para a cultura midiática, assentada em padrões de mercado, sem nenhuma interação com as políticas de cultura do Estado. Em suma: institui-se um fosso entre políticas culturais nacionais e o circuito cultural agora dominante no país. (RUBIM, 2007, p. 10)

O desprezo das políticas conservadoras pela cultura é na verdade parte de um projeto de poder. No Brasil, tanto a direita quanto a esquerda utilizaram o órgão ora como instrumento de dominação, ora como instrumento de emancipação, em ambos os lados, buscando a manutenção de seus interesses. A curta trajetória do Ministério da Cultura (MinC) no Brasil demonstra sua fragilidade desde a criação.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Bolsista de iniciação científica da Cátedra Celso Furtado (2019-2020) sob orientação do Professor Dr. William Vella Nozaki.

A elevação da Secretaria de Cultura, antes parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Ministério, ocorreu em 15 de março de 1985, por um decreto assinado por José Sarney, dando andamento aos compromissos assumidos na campanha de Tancredo Neves:

O Decreto n. 91.144, entretanto, não indicava claramente qual o âmbito de atuação do Ministério da Cultura: destacava apenas dois tópicos bastante gerais, que se referiam a duas áreas e competências: I – letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional; II – patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural. (FERRON; ARRUDA, 2009, p. 186)

Os acontecimentos que precederam o decreto eram também reflexo do ambiente de recém retorno à democracia. A instituição de Secretarias Estaduais de Cultura pelo Brasil – fato que aconteceu após a abertura das eleições diretas para Governadores em 1982 – abriu um espaço de debates sobre um projeto para a cultura no Brasil, movimento impensável durante os 21 anos de ditadura que antecederam o momento. Junto a isso, os recém empossados secretários estaduais de cultura promoveram uma série de fóruns e eventos para debater, entre classe intelectual, artística e política, como deveria funcionar o mecanismo de fomento à cultura, e também sobre a criação ou não de um órgão federal dedicado à cultura.

Um dos eventos foi o I Encontro Nacional de Política Cultural que ocorreu em Ouro Preto<sup>2</sup>, presidido por José Aparecido de Oliveira, então Secretário Estadual da Cultura de Minas Gerais, e contou com grandes pensadores, como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar, entre outros. Sobre o evento, comenta Santayana (2000): “Quase todas as intervenções, com uma linha ou outra de raciocínio, seguiam a ideia geral de que o poder faz a cultura, e a cultura estabelece o poder” (FERRON; ARRUDA, 2009, p. 176). O trecho citado demonstra que desde a gestação do Ministério da Cultura já havia clareza sobre a importância do assunto e o que realmente estava em jogo. Sobre o mesmo evento, o jornal *O Globo* publicou uma matéria no dia anterior em que José Aparecido afirmava que: “Em momentos de crise, a nação buscava, em uma profunda reflexão sobre sua cultura, a carteira de identidade nacional, que daria o tom da resistência e mostraria os caminhos da construção de um novo tempo” (FERRON; ARRUDA, 2009, p. 172). O mesmo acontece na atualidade, há uma grave crise, e a cultura e seu desmonte são

---

<sup>2</sup> O evento ocorreu entre os dias 21 a 24 de abril de 1984.

utilizadas como ferramentas para a criação de uma nova identidade na construção de um projeto nacional conservador. Na mesma matéria, José Aparecido declarou ainda:

Se em matéria de recursos humanos já não somos tão insuficientes, somos carentes em grau desesperador, de recursos financeiros. Em países como o nosso, nos quais ainda não se considera a cultura um bem de produção, esses recursos não podem vir de ações aleatórias de mecenas. A cultura, ao contrário do que se pensa, é o maior de todos os nossos bens de produção, porque todo progresso material, tecnológico, todo desenvolvimento, é consequência cultural, fruto direto da dimensão do saber. (FERRON; ARRUDA, 2009, p. 172 *apud* BIONDO, 1984, p. 29)

As declarações de José Aparecido, que futuramente seria o primeiro ministro a chefiar o MinC, carrega dupla intenção: de um lado a justificativa da criação de um órgão federal para financiar a cultura, e de outro, a necessidade de um projeto de cultura pelo Estado para a construção de uma nova identidade aos brasileiros. Afinal, de que tipo de cultura tratava José Aparecido, conservadora ou libertária? Em ambas as possibilidades, são apontadas a relevância da pauta. Não seria um fato inédito na história da cultura no Brasil a criação de mecanismos travestidos de libertários carregando interesses políticos urgentes. Botelho (2000) mostra que a criação da Embrafilmes – Empresa Brasileira de Filmes, no fim dos anos 60, também desempenhou um papel no projeto de modernização do país: “De início com a função de apoiar um cinema de exportação ligado a ideia de mudar a imagem do país no exterior – deixam clara a relação direta entre o cuidado com os “bens simbólicos” e as necessidades do projeto político do governo.

Apesar do otimismo, o processo de retorno à democracia mal havia terminado, e a desconfiança das intenções do Governo ainda era considerável suficiente para causar medo da intervenção do Estado na cultura, a partir da criação de um Ministério dedicado a ela, além de encarecer ainda mais a máquina pública.

O temor de a cultura ser novamente colocada como instrumento ideológico de controle do Estado, o fantasma da perseguição a artistas e intelectuais, a exemplo do atentado Riocentro em 1981, das ameaças advindas do crescimento da indústria cultural e da massificação dos meios de comunicação, reverberavam a todo momento. (FERRON; ARRUDA, 2009, p. 189).

Junto a isso, havia o medo pelo próprio Darcy Ribeiro de que o orçamento do Ministério da Educação fosse reduzido, e seu projeto prejudicado. A filósofa Marilena Chauí, também contrária à criação do Ministério da Cultura na época, declarou

posteriormente: “Contra a criação do Ministério foi uma luta cultural, de política cultural, era a defesa de uma concepção – de que é a sociedade que produz cultura, e não o Estado” (FERRON; ARRUDA, 2009, p. 183 *apud* Chauí, 2017).

Apesar do momento de redemocratização, e dos muitos debates precedentes, o pontapé inicial para a criação de um ministério exclusivo para a cultura foi fruto de interesses políticos, resultando em uma pasta sem recursos humanos e materiais, e sem um projeto: “É assim que, no seio da abertura democrática, se deu, a partir de março de 1985, a problemática criação do Ministério da Cultura, ‘descrito’ em 90, recriado em 92 e ainda sem garantia de estabilidade” (BOTELHO, 2000, p. 45). O Ministério nasceu então como resultado de disputas políticas, com intenções questionáveis, sem recursos e principalmente, sem um projeto consistente.

O tema ganhou tamanha projeção que virou pauta também nas disputas presidenciais de 1984, a defesa da criação do Ministério foi parte da campanha de Tancredo Neves (PMDB) e de Paulo Maluf (PDF), além de ter sido contrariada pelo PT, que apoiou grande parte da classe artística e intelectuais. Os acontecimentos políticos que precederam a criação do MinC em 1985 reforçam a ideia de que os interesses políticos envolvidos foram predominantes sobre os apelos dos artistas, pensadores e gestores culturais.

A criação do Ministério acabou também por enfraquecer a antes forte e cada vez mais autônoma Secretaria de Cultura dentro do MEC, na época chefiada pelo célebre designer brasileiro Aloísio Magalhães. Apesar de ser um nome forte, e o mais esperado, José Aparecido, após assumir o novo Ministério, deixou o cargo em menos de seis meses para assumir como Governador do Distrito Federal.

## **2 O MINISTÉRIO DA CULTURA AO LONGO DOS ANOS: UMA TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS E REVESES**

Após a rápida passagem de José Aparecido pelo Ministério, a gestão ficou a cargo do professor Aluísio Pimenta, que em poucos meses, conseguiu desgastar ainda mais o MinC, segundo Botelho (2000), por conta de sua excessiva ingenuidade política e sua inépcia administrativa.

Em fevereiro de 1986, em meio à instituição do Plano Cruzado no Brasil, José Sarney, a fim de estabilizar o pasta, nomeia o economista e membro da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Celso Furtado para o cargo de ministro: “Para ele, o Estado não deveria ser “o tutor, nem monitor, nem motor”, mas sim o auxiliador na formação da consciência crítica nesse momento de restabelecimento das liberdades democráticas” (BOTELHO, 2000, p. 221). Celso já havia ocupado cargos de extrema confiança no Governo, como a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) (1953), foi o primeiro Ministro do Planejamento (1962), e embaixador do Brasil (1981), além da intensa atuação e produção acadêmica.

Se o governo buscava um plano econômico, procurava também um projeto cultural. O ministério havia sido criado em março de 1985 e ainda não desenhara seu perfil, ofuscado por uma série de dúvidas, a começar pelo próprio sentido do papel do Estado, após duas décadas de autoritarismo. O medo da tutela, o risco de monitoramento, o fantasma do intervencionismo rondavam a pasta. (SANTOS, 2012, p.1)

Furtado promoveu a esperada reforma na pasta, seu objetivo era fortalecer o MinC dentro do Estado e se posicionar mais junto à sociedade para incentivar a produção cultural. Foi responsável pela implantação da Lei Sarney<sup>3</sup>, a primeira Lei de Incentivo à Cultura, inaugurando uma nova fase para a indústria cultural no Brasil.

Apesar de acreditar na relação direta entre desenvolvimento e cultura, e de abrir espaços de debate e escuta dentro do Ministério, e com a sociedade civil, o projeto de Celso Furtado não conseguiu ser implantado. O economista deixou a pasta em 1988, gerando ainda mais descrédito e descontinuidade nos projetos (BOTELHO, 2000).

Ainda no Governo Sarney, após a saída de Celso Furtado, Hugo Napoleão do Rego Neto assume a pasta interinamente, enquanto aguardava o retorno de José Aparecido de Oliveira, que ficou no cargo por mais 6 meses, até a posse de Fernando Collor de Mello em 15 de março de 1990, que extinguiu a pasta, rebaixando-a a Secretaria, subordinada ao Governo Federal.

A rapidez com que a estrutura existente foi destruída por Fernando Collor em 1990, demonstrou que a intuição dos profissionais da área era correta. A criação prematura desse ministério, ao invés de dar prestígio à área, só

---

<sup>3</sup> Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm)>. Acesso em 20/04/20.

serviu para fragilizá-la ainda mais. Esvaziou a política e a prática das instituições que existiam antes dele, na medida em que se criou uma instância de decisão superior, gerando uma resistência a ações ministeriais por parte dessas instituições. [...] A situação encontrada por Collor em 1990 já era, portanto, propícia a qualquer ação mais destruidora. (BOTELHO, 2000, p. 45)

Fernando Collor recebeu o país de José Sarney com inflação de 1.972,91%, a situação econômica que já era insustentável desde o período militar, teve o auge durante seu Governo. Sob a gestão do premiado cineasta Ipojuca Pontes, a Secretaria conseguiu promover um sério desmonte das lentas e históricas conquistas do setor, causando prejuízos especialmente para o Cinema. Em um curto período de tempo foram extintos: Embrafilmes, Fundação Pró-Memória, Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB). Além disso, o Centro Técnico Audiovisual (CTAv) passou a ser incorporado à Funarte, e a Fundação Biblioteca Nacional incorporada à Secretaria de Cultura. "Ipojuca Pontes, em um embate feroz contra quase todo o meio cultural, produz um radical programa neoliberal para a cultura no Brasil. Mercado é a palavra mágica para substituir o Estado, ineficiente e corrupto, inclusive na área cultural" (RUBIM *apud* PONTES, 1991).

Ipojuca deixa a Secretaria após pouco menos de um ano, passando a pasta para o diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras Sérgio Paulo Rouanet, cujo legado foi a descontinuidade da Lei Sarney de incentivo à cultura, criando a Lei Rouanet<sup>4</sup> em 1991 (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991).

A Lei Rouanet veio sem nenhum dos problemas da Lei Sarney, além de imensas sutilezas que favoreceram o seu lado democrático. A má notícia é que, com o decorrer do tempo, ela foi recebendo inúmeras medidas provisórias que, em nome da melhoria, acabaram piorando a lei no seu aspecto democrático. Não houve aperfeiçoamento, porque os legisladores acabaram sendo movidos por pressões de determinados grupos organizados, e não da coletividade. (PÉLICO *apud* HERCULANO, 2012)

A lei Rouanet trouxe consigo a instituição da Comissão Nacional de incentivo à Cultura (CNIC), que segundo os artigos 31 e 32 da Lei Rouanet, tem a finalidade de garantir a participação comunitária, a representação de artista e criadores no trato oficial dos assuntos da cultura e a organização nacional sistêmica da área.

Nos dois anos que se seguiram após o impeachment do presidente Collor, no final de 1992, o Brasil foi presidido pelo vice da chapa, Itamar Franco. Antônio

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm)>. Acesso em 23/08/2020.

Houaiss, diplomata membro da Academia Brasileira de Letras, assumiu a gestão da Secretaria de Cultura em 2 de outubro de 1992. Logo em seguida, em 19 de novembro de 1992 a pasta retornou ao status de Ministério. Houaiss foi responsável por instituir a Lei do Audiovisual<sup>5</sup>, que seguindo a mesma lógica de renúncia fiscal da Lei Rouanet, foi criada para incentivar exclusivamente produções cinematográficas. Elaborada em caráter emergencial, na tentativa de recuperar o setor devastado durante o período Collor, o projeto se tornou permanente. Ainda passaram pelo Ministério durante a presidência de Itamar Franco o diplomata Jerônimo Moscardo e o advogado Luiz Roberto Nascimento da Silva, que participou da elaboração da Lei do Audiovisual.

Ao assumir o Governo após o impeachment de Collor, Itamar implantou o Plano Real com Fernando Henrique Cardoso (FHC) à frente do Ministério da Fazenda. O sucesso do Plano Real elegeu FHC como presidente entre 1995 e 2002. Se o Plano Real foi um sucesso no combate à inflação, outros fatores também marcaram o período, como o aumento do desemprego, congelamento do salário mínimo e aumento dos juros, além da dificuldade de repasse para programas sociais. Durante todo o período, o cientista político Francisco Weffort assumiu o Ministério da Cultura. Com a implantação de políticas neoliberais no Governo, a gestão de Weffort seguiu as mesmas orientações, cultivando um mercado cultural impulsionado pelo marketing cultural no Brasil, a partir da utilização da Lei Rouanet. Para isso, foram implantadas algumas reformas, como o aumento de 2% para 5% na isenção do imposto de renda para empresas no patrocínio através da Lei Rouanet, possibilidade de inclusão da remuneração do agente cultural no projeto, anulação do calendário para submissão de projetos, e redução do tempo de análise dos projetos de 90 para 60 dias (ARRUDA, 2003, p.181).

Durante o período, sob o slogan "Cultura é um bom negócio", a cultura viveu uma segunda fase do experimento neoliberal na cultura, iniciado por Ipojuca Pontes durante o Governo Collor, implantando uma lógica de mercado para todos os setores, especialmente os sociais, como a cultura. Neste aspecto, o fortalecimento da lógica da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual para incentivo à cultura foi

---

<sup>5</sup> Lei nº 8.685 de 20 de julho de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8685.htm)>. Acesso em 30/08/2020.

fundamental, colocando o poder de decisão na mão da iniciativa privada, utilizando recursos públicos.

A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados, nunca é demais lembrar. [...] A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, fez que boa parcela dos criadores e produtores culturais passassem a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo. Outra vez mais a articulação entre democracia e políticas culturais se mostrava problemática. O Estado parecia persistir em sua ausência no campo cultural em tempos de democracia. (RUBIM, 2007.12)

A lógica foi consolidada na gestão Weffort, o número de projetos incentivados deu um salto de 72 durante o governo Itamar Franco, para 235 em 1995, 614 em 1996, 1133 em 1997, 1061 em 1998, e 1040 em 1999 (RUBIM, 2007, p. 14). O relatório realizado pelo Ministério da Cultura e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2007 mostram o crescimento dos valores em reais (R\$ mil) que foram destinados ao incentivo à cultura via Lei Rouanet:

Tabela 1: Recursos de captação das leis de incentivo, 1996-2001 (Em R\$ mil)

Segmentos	Captação Lei Rouanet					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Artes cênicas	15.780	22.731	22.315	29.427	58.601	77.154
Artes integradas	20.419	49.150	44.393	35.953	40.847	39.048
Artes plásticas	7.309	11.937	23.156	17.878	32.624	24.955
Humanidades	4.873	18.176	19.793	27.106	30.763	35.928
Música	20.357	25.188	38.056	42.238	58.566	75.722
Patrimônio cultural	25.270	46.067	50.272	39.217	37.531	44.059
Audiovisual	17.499	34.160	30.089	19.232	22.096	41.261
Total	111.506	207.408	228.074	211.052	281.028	338.128

Fonte: MINC/ IPEA, 2007

A Lei do Audiovisual também se fortaleceu no período, permitindo a retomada do cinema nacional. Segundo o CPDOC/FGV<sup>6</sup>, o percentual de filmes brasileiros nas salas de cinema passou de 1,2% em 1992 para 25% em 2001, enquanto o número de espectadores passou de 36 mil para quase 7 milhões. O levantamento feito pelo

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/weffort-francisco>>. Acesso em 2/09/20.



MinC e Ipea mostra o impacto do fortalecimento da Lei do Audiovisual sobre o cinema nacional:

Tabela 2: Recursos de captação da Lei do Audiovisual, 1996-2001 (Em R\$ mil)

Captação Lei do Audiovisual						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Audiovisual	57.852	79.456	43.252	4.470	33.254	45.220

Fonte: MINC/ IPEA, 2007

Tabela 3: Número de lançamentos e freqüência de público ao cinema, 1994-2000

Ano	Lançamentos		Freqüência de público		Percentual de participação nacional	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro	Lançamentos	Público
1994	7	216	271.454	74.728.546	3,14	0,36
1995	12	222	3.150.000	81.850.000	5,13	3,71
1996	23	236	2.550.000	59.450.000	8,88	4,11
1997	22	184	2.388.888	49.611.112	10,68	4,59
1998	26	167	3.606.279	66.393.721	13,47	5,15
1999	25	200	6.000.000	64.000.000	11,11	8,57
2000	24	133	7.551.000	64.828.340	15,29	10,43

Fonte: MINC/ IPEA, 2007

A crescente produção audiovisual no período impulsionou a criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine)<sup>7</sup> em 2001, naquele momento ainda subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A Ancine foi criada com caráter regulatório, com o objetivo de fiscalizar e estimular o desenvolvimento da área.

A implementação do projeto econômico neoliberal de FHC também trouxe impactos no mecanismo de incentivo à cultura. A privatização de estatais proporcionou uma queda de recursos disponíveis, especialmente para o cinema, que

<sup>7</sup> A Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que estabelece a criação da Ancine, também institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/medidas-provisorias/medida-provis-ria-n-2228-1-de-6-de-s-etembro-de-2001>>. Acesso em 2/09/20.

tinha como principal fonte de incentivo empresas estatais, como demonstram as Tabelas 1 e 2 no ano de 1999.

Sabe-se que a Cultura não ocupou, até hoje, nenhuma centralidade na administração pública brasileira e, portanto, nos esforços de desenvolvimento do país. Ainda assim, a criação do MinC, em 15 de março de 1985 pelo então presidente José Sarney, significou um passo para o pensamento cultural no Brasil graças ao surgimento de uma agenda pública autônoma. Em 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso começou a ampliar os investimentos em cultura, fomentando, inclusive o renascimento do cinema nacional. Em 2003, o ministério deixou de atender somente demandas específicas de fomento e passou a pensar em políticas culturais. Era o início da gestão de Lula, que com os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira (PT), estabeleceu um orçamento crescente para a pasta. (MORAES, 2016)

Nas eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) concorria à presidência pela quarta vez, mas pela primeira vez mudando a estratégia, ao fazer acenos ao empresariado e ao mercado financeiro, como demonstra a "Carta ao Povo Brasileiro"<sup>8</sup>, publicada pelo ainda candidato em julho do mesmo ano. Com compromissos firmados com o povo brasileiro e com o mercado, Lula governou o Brasil pelos oito anos que se seguiram (2003-2010), período marcado por intenso otimismo na economia - mesmo durante a crise financeira de 2008 -, por amplo investimento em projetos sociais, e também por escândalos de corrupção, como o "Mensalão".

Seguindo o otimismo na economia, o Ministério da Cultura foi entregue a ninguém menos que o célebre cantor e compositor Gilberto Gil, trazendo prestígio e altas expectativas sobre o desenvolvimento da área artística e cultural no Brasil.

O Ministério da Cultura (MinC) deu início, desde 2003, a um intenso processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural. [...] Para orientar convergências e dirimir conflitos com relação a prioridades e diretrizes, o MinC anunciou que atuaria em diversas dimensões da cultura, ampliando seu conceito de forma a abranger esferas não contempladas por governos anteriores, tendo feito com que a própria cultura fosse tratada como uma das dimensões da atuação governamental e do desenvolvimento, e fosse incluída em oito das trinta diretrizes estratégicas de governo. (SILVA, 2007, p. 137)

Enquanto Weffort entendia o mercado como principal aliado da cultura e a cultura como ferramenta para o desenvolvimento econômico: "A relevância do mercado para a cultura e, de outro lado, a da cultura para o desenvolvimento econômico talvez sejam aí as mais significativas diferenças impostas pela época

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em 6/09/20.

atual às concepções de cultura [...]” (WEFFORT, 2000 *apud* ARRUDA, 2003), o ministro Gilberto Gil em seu discurso de posse deixou claro qual seria o lugar do mercado em sua gestão: "Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte" (GIL, 2003).

Ainda em seu discurso de posse, Gil manifestou que seu projeto junto ao presidente Lula fazia parte de um projeto de modernização do país:

Daí que a política cultural deste ministério, a política cultural do governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos. (GIL, 2003)

A escolha de Gil para o Ministério era estratégica. Gil, como uma figura internacional e carismática, era o Brasil que o presidente Lula queria mostrar ao mundo. Episódio simbólico foi a ocasião memorável do primeiro discurso do presidente Lula na 56ª sessão da Assembleia Geral da ONU, na qual Gilberto Gil se apresentou com o então secretário-geral Kofi Annan.

O projeto para a cultura, pensado no plano de governo do ainda candidato Lula - A imaginação a serviço do Brasil - programa de políticas públicas de cultura<sup>9</sup> - tinha como base a cultura como um direito social básico e como ativo econômico, a criação de políticas culturais a fim de desenvolver e fortalecer a democracia, e a qualificação da gestão cultural para a implantação de um projeto nacional para a cultura, além de metas objetivas em todos estes campos.

Os desafios da pasta eram enormes, tanto pelo frágil histórico da instituição - relação de intervenção do estado, escasso orçamento, incapacidade de elaboração de políticas culturais efetivas, descontinuidade de projetos, entre outros -, quanto por tomar para si fundamentais metas, apesar de ousadas.

O ministro Gil colocou em prática as metas estabelecidas pelo programa de governo do presidente Lula, entre elas: o estabelecimento de políticas de Estado para a cultura; a democratização da gestão, a partir da criação de diversos mecanismos de escuta e participação tanto dos governos estaduais e municípios,

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6287>>. Acesso em 24/09/20.

quanto da sociedade civil; a descentralização dos recursos incentivados, potencializando as leis de incentivo; a atribuição de uma autonomia à área, tanto em relação ao mercado, quanto ao Estado; o estabelecimento de uma comunicação adequada sobre o âmbito de atuação das políticas culturais - elemento também presente na carta de posse<sup>10</sup> do ministro Gil; valorização da memória, fortalecendo a atuação do Iphan e do Sistema Nacional de Museus, e em 2010 - sob a gestão de Juca Ferreira - da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009; a transversalidade da pasta, integrando programas de outros ministérios como Educação, Meio Ambiente, Comunicação, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, e Turismo.

Cultura e desenvolvimento, cultura e fortalecimento da democracia, cultura e cidadania são temas que começam a despontar com força na agenda política nacional, em debates, seminários, apresentações de documentos de secretarias e fundações culturais a partir dos anos 2000. Um debate tardio, já que 20 anos nos separam da implantação do Ministério da Cultura, em 1985, no bojo da redemocratização do país. (PORTO, 2009, p. 18)

O primeiro ano da gestão Gil foi marcado pela implantação de uma importante reforma ministerial, criando as seguintes secretarias: Articulação Institucional; Políticas Culturais; Programas e Projetos Culturais (que mudou de nome algumas vezes); Identidade e Diversidade Cultural; Fomento e Incentivo Culturais (que cuida da Lei de Incentivo), sendo mantida a de Audiovisual (CALABRE, 2014, p. 143). Além disso, incorporou a Cinemateca Brasileira na Secretaria de Audiovisual e a ANCINE ao Ministério.

Incubida de elaborar um desenho do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a Secretaria de Articulação Institucional, além de fortalecer os canais de participação, e promover a formação de gestores culturais, encomendou pesquisas e diagnósticos sobre a área, através do diálogo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) - os indicadores sobre a cultura naquele momento eram praticamente inexistentes, dificultando a elaboração de políticas públicas efetivas. O resultado do trabalho da Secretaria deu

---

<sup>10</sup> Disponível em:

<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/integra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil/12/5623>>. Acesso em 7/09/20.

origem à PEC 306/2000<sup>11</sup>, instituindo o Plano Nacional de Cultura (PNC). O PNC é responsável por elaborar um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas para orientar as políticas culturais<sup>12</sup>, um gigante passo para o estabelecimento de um projeto para a cultura no Brasil.

O Ministério, apesar da persistência de algumas fragilidades institucionais e mesmo da ausência de uma política cultural geral discutida com a sociedade e consolidada em documento, deu passos significativos no sentido de restituir um papel ativo ao Estado no campo cultural. O orçamento triplicado, apesar de ainda não ter chegado aos um por cento reivindicados, aponta este novo lugar para as políticas culturais no Brasil. (RUBIM, 2007, p. 18)

O sociólogo e secretário executivo do MinC durante toda a gestão Gil, Juca Ferreira assumiu o MinC pela primeira vez em 2008, à convite do então Ministro, dando continuidade ao projeto implantado em sua gestão. Nos dois anos e meio em que esteve à frente do Ministério, Juca criou o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e realizou uma nova reforma da Lei Rouanet - a primeira havia sido realizada quando ainda era Secretário executivo em 2006.

O orçamento da pasta foi outra notável conquista para o período, no primeiro ano de Gil, o orçamento do MinC foi triplicado, mas ainda sim inferior ao reivindicado - 1% do orçamento da união. Em 2010, o orçamento teve um recorde até então histórico de R\$ 2,2 bilhões, 50% maior que o do ano anterior.

O Brasil vivia um momento de pleno emprego, ascensão da classe trabalhadora, redução de desigualdades e uma política externa impressionante, é nesse contexto que Dilma Rousseff é eleita e assume a presidência em 2011. Contrariando o manifesto "Fica, Juca" que circulava na internet, para o MinC foi indicada a musicista, atriz e ex-dirigente do Centro da Música da Fundação Nacional de Artes (Funarte) - RJ, Anna de Hollanda.

Sob a gestão de Hollanda, o MinC criou a Secretaria de Economia Criativa, fortaleceu o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e regulou o mercado de TV

---

<sup>11</sup> A PEC foi em 2005 transformada na Emenda Constitucional 48/2005, tornando obrigatória sua elaboração. Em 2012, no Governo Dilma Rousseff, o Plano Nacional de Cultura passa a ser previsto no artigo 215 da Constituição Federal, a partir da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>>. Acesso em: 26/09/20.

por assinatura garantindo a exibição de produções audiovisuais nacionais através da Lei 12.485<sup>13</sup>.

Entre polêmicas sobre sua nomeação e reforma da Lei dos Direitos Autorais<sup>14</sup> - além do fortalecendo o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e retirando a licença de Creative Commons<sup>15</sup> do site do Ministério da Cultura -, a gestão de Hollanda foi curta e conturbada, permanecendo no cargo até setembro de 2012. O auge da crise foi a carta dos intelectuais e artistas que circulou na internet pedindo sua saída, a carta foi assinada por agentes do MinC e de fora, como a filósofa Marilena Chauí.

Ao reconfigurar a composição das forças políticas no interior do MinC, propor novas pautas, dar continuidade a programas anteriores e enfraquecer ou mesmo extinguir outros, Hollanda provocou um forte movimento de oposição, inclusive interna, à sua gestão. [...] no governo Lula, o MinC foi gerido por novas ideias e postulações e a gestão de Hollanda teria sido uma tentativa de retorno a alguns dos antigos interesses, status e convicções, o que provocou a reação de setores do campo cultural brasileiro e a consequente crise governamental. Essa foi a principal especificidade da crise da gestão de Ana de Hollanda. (BARBALHO, 2017, p. 34 e 46)

Hollanda foi substituída por Marta Suplicy. A nomeação da então Senadora - que pediu afastamento do Senado para assumir o cargo - entre outras razões, fazia parte do jogo político e ocorreu em troca do apoio ao candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), à prefeitura de São Paulo, isso porque Suplicy também cogitava a candidatura à prefeita de São Paulo (BARBALHO, 2017, p. 45).

Em sua carta de posse, Suplicy se posicionou em relação à posição que o mercado ocuparia em sua gestão: "O Ministério não faz cultura. Ele proporciona espaços, oportunidades e autonomia para que ela se produza. Não podemos aceitar a lógica devastadora do mercado, a pasteurização de atividades e obras pautadas pela globalização"<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Disponível em:

<<https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/sancionada-lei-12485-que-regula-mercado-de-tv-por-assinatura-no-brasil>>. Acesso em: 27/09/20.

<sup>14</sup> Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em 27/09/20.

<sup>15</sup> Licenças públicas que permitem a distribuição gratuita de uma obra protegida por direitos autorais. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org>>. Acesso em 27/09/20.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://cultura.gov.br/307382-revision-v1/>>. Acesso em 27/09/20.

Uma das primeiras atitudes como ministra foi apressar a votação do Vale Cultura<sup>17</sup>, sancionado no mesmo ano e regulamentado no ano seguinte (2013). A atuação da ministra foi também importante no fortalecimento do SNC, retomando a articulação e diálogo com os governos estaduais, municipais e sociedade civil. O processo, fundamental para a democratização do órgão e garantia de continuidade dos projetos, havia sido iniciado na gestão Gil/ Juca e descontinuado com Hollanda.

Entre os princípios constantes do texto estão a universalização do acesso a bens e serviços culturais, a complementação dos papéis dos agentes culturais, a democratização dos processos decisórios e a descentralização da gestão. Dessa forma, Estados e municípios passariam a trabalhar juntos, independentemente de mudanças de governos. (CPDOC/ FGV)

A saída da ministra Suplicy foi tão conturbada quanto a de Hollanda, através de uma carta de demissão com críticas ao projeto econômico da presidenta, enquanto Rousseff estava fora do Brasil.

Entre novembro e dezembro de 2014, a secretária executiva do MinC, Ana Cristina Wanzeler, assumiu interinamente a pasta, até o ex-ministro Juca Ferreira ser novamente empossado ao cargo no primeiro dia do segundo mandato da presidenta Dilma, em 2015. A transição do MinC foi agitada como nas duas gestões anteriores. Marta Suplicy criticou a escolha de Juca para a pasta e Juca a forma como as antecessoras descontinuaram o projeto elaborado por ele mesmo e Gilberto Gil.

A difícil reeleição de Rousseff à presidência, com 51,64% dos votos no segundo turno das eleições, dava sinais de que algo não estava bem. Com a popularidade abalada, escândalos de corrupção envolvendo seu partido (PT), queda no crescimento econômico - que forçou diversas medidas que desagradaram indústria e sindicatos -, e desdobramentos das manifestações de junho de 2013 - as "Jornadas de junho"<sup>18</sup>, em junho de 2015 o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu com o Governo, dando início a uma grave crise que culminou com o impeachment da presidenta em 12 de maio de 2016.

---

<sup>17</sup> Disponível em:

<<https://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/vale-cultura-caixa/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 27/09/20.

<sup>18</sup> Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em 27/09/20.

A crise no Governo afetou diretamente o Ministério da Cultura, que após a posse do vice-presidente Michel Temer à presidência, foi extinto por quase duas semanas - sendo rebaixado a Secretaria e subordinada ao MEC -, retornando a status de Ministério após pressão popular da classe artística e cultural em 24 de maio de 2016, sob o comando do diplomata Marcelo Calero. Durante o período que esteve extinto, a Secretaria de Cultura esteve sob o comando de Mendonça Filho (DEM-PE), herdeiro da agroindústria, sem nenhuma experiência em cultura. Calero permaneceu no governo por menos de seis meses, renunciando após escândalo envolvendo seu nome à liberação de construção em uma área tombada em Salvador.

Roberto Freire assumiu a pasta em 23 de novembro de 2016, permanecendo também por menos de seis meses. Freire anunciou a demissão justificando sua saída pela instabilidade política que envolvia a presidência. Após a saída, o interino João Batista de Andrade foi convidado a assumir a pasta, mas se recusou e pediu demissão do cargo, o principal argumento foi a redução de 43% no orçamento da pasta. A ex-ministra do MinC Marta Suplicy também foi convidada e recusou o convite para reassumir a pasta. Um mês após a saída de Freire, assume o ex-chefe de gabinete do MinC - da gestão Gil -, Sérgio Sá Leitão, que permaneceu no cargo até o fim do mandato do presidente Temer, um ano e seis meses restantes.

Sérgio Sá Leitão, além de ter participado da gestão Gil no próprio ministério, havia sido secretário municipal da cultura no Rio de Janeiro, assessor de diretoria na Ancine e assessor da presidência no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde criou o Departamento de Economia da Cultura. Após a dança das cadeiras partidárias no MinC durante a presidência de Temer, a pasta se tornou "inviável", como declarou o interino João Batista de Andrade à Folha de São Paulo: "Era um ministério que já estava deficiente. O Fundo Nacional de Cultura, que já teve R\$ 500 milhões na época áurea, hoje tem zero de recurso. É um ministério inviável tratado de forma a inviabilizá-lo ainda mais"<sup>19</sup>. O nome de Leitão foi a saída do Governo após tantos escândalos, de atender a políticos e a classe cultural:

---

<sup>19</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/06/1893432-ministro-da-cultura-pede-demissao-e-diz-qu-e-a-pasta-se-tornou-inviavel.shtml>. Acesso em



Na realidade, havia uma pressão para que a nomeação fosse política, mas diante do receio de mais reações contrárias do campo cultural, optou-se por uma indicação técnica e com trânsito no meio político. Ou seja, tratava-se de um agente que reunia a capacidade de defesa do governo a partir do lugar institucional da cultura e a de propor uma política cultural adequada à política governamental. (BARBALHO, 2018, p. 13 *apud* CERQUEIRA, 2018, p. 9)

O Ministério da Cultura durante o Governo Temer representou um retorno à lógica neoliberal na elaboração de políticas públicas para a cultura, fortalecendo o papel do mercado: "Como ministro, sua definição do papel da cultura está no foco sobre o vetor econômico, o que se ajusta tanto à sua trajetória, quanto ao ideário do governo" (BARBALHO, 2018, p.252).

Em diversos artigos publicados na Folha de São Paulo, o Ministro deixou claro a importância do setor para o PIB (cerca de 2,5%) e o potencial econômico da área, defendendo fortemente a Lei Rouanet como instrumento efetivo neste campo, além da parceria com o mercado. Sá posiciona a Lei Rouanet como principal mecanismo de fomento à cultura no Brasil:

A Lei Rouanet é o principal mecanismo de fomento à cultura no Brasil. [...] Os resultados alcançados e a própria lógica do mecanismo, que traz um equilíbrio saudável entre mercado e Estado, me levaram a empreender, desde que tomei posse como ministro, uma cruzada em defesa da Lei Rouanet. (LEITÃO, 2017a)

A política cultural deve ser vista pela sociedade (e realizada pelos governos) também como cardápio de ações de promoção de desenvolvimento econômico, com o objetivo de estimular o crescimento de um setor que contribui imensamente ao país. [...] Do mesmo modo, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, deve ser vista (e gerida pelo MinC) como instrumento de política econômica, visando ampliar o financiamento de projetos culturais realizados por empresas pequenas, médias e grandes de todas as regiões do país e de todos os segmentos da economia criativa.[...] A gestão atual do MinC enxerga a cultura como setor estratégico da economia, sem esquecer a dimensão simbólica e o impacto na constituição da identidade nacional, na formação do capital humano e no estímulo à diversidade e à tolerância. (LEITÃO, 2017b)

Leitão, apesar de pactuar com o Governo Temer no que diz respeito à política econômica liberal, seu discurso não rompe completamente com aspectos simbólicos presentes na gestão Gil, da qual fez parte. Sua principal contribuição como Ministro esteve diretamente relacionada à reformas na Lei Rouanet - entre outras alterações, instituiu o aumento do teto do valor incentivado pelos proponentes e aumento do valor permitido para cobrança de ingressos para R\$ 250 -, e articulações em torno do desenvolvimento da economia criativa no país.

Os últimos meses do Governo Temer foram marcados pela intensificação da tensão e da polarização que se agravou na sociedade brasileira desde junho de 2013. O espaço que a extrema direita conquistou somado ao desencanto com a esquerda, apoiado pela indústria e o mercado financeiro elegeu o ex-deputado Jair Bolsonaro à presidência. A reforma ministerial realizada pelo presidente Bolsonaro extinguiu mais uma vez o MinC, transformando-o em Secretaria subordinada ao Ministério da Cidadania, depois transferida para o Ministério do Turismo.

Entre polêmicas e escândalos, nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro passaram pela pasta sete ministros, todos indicados políticos e de orientação conservadora, alinhados à gestão do Governo Federal. A autonomia da Secretaria Especial de Cultura, não só na cultura mas em todas as instâncias subordinadas ao Governo Federal, foi claramente quebrada e os projetos passaram a sofrer interferência e em alguns momentos até censura. A cultura se tornou um campo fértil para o confronto ideológico, e apesar da política econômica neoliberal, a Lei Rouanet pela primeira vez foi vista como inimiga do Estado, sendo descontinuada para dar lugar à nova Lei de Incentivo à Cultura<sup>20</sup>.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante os 35 anos de existência do Ministério da Cultura no Brasil, o contexto político refletiu diretamente as atividades da instituição. Se a criação do Ministério em março de 1985 foi parte de uma estratégia política, sua descontinuidade em 2 de janeiro de 2019 não foi diferente. Entre crises e períodos de algum destaque, a classe artística angariou pequenas conquistas, mas não sólidas o suficiente para que a pasta fosse novamente rebaixada à condição de Secretaria, fortalecendo um campo de violentas disputas ideológicas.

Em maior ou menor medida, o mercado sempre esteve presente na gestão do Ministério da Cultura. Seguindo tendências liberalizantes internacionais para a cultura, a Lei Sarney, passando pela Rouanet e atualmente apenas Lei de Incentivo à Cultura, estiveram desde a criação do mecanismo em 1986, no centro do debate das políticas culturais. Consumindo grande parte do orçamento da pasta - em 2018

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 3/10/20.

cerca de 46% do orçamento disponível foi destinado à Lei Rouanet<sup>21</sup> -, as leis de incentivo à cultura colocaram o poder de decisão sobre o que ou que tipo de projetos ou conteúdos deveriam ser incentivados na mão do mercado, além de atuar como poderoso instrumento político ao longo dos anos.

A proposição neoliberal que coloca a cultura como um bom negócio trouxe significativa redução de políticas públicas voltadas ao setor e apresentou como modelo para o desenvolvimento da cultura a participação de empresas por meio da lógica de patrocínio com contrapartidas fiscais. Nesse contexto, a discussão sobre políticas públicas e direito à cultura e diversidade fica bastante prejudicada. Para que as políticas públicas culturais possam se contrapor à hegemonia neoliberal e seus efeitos de aprofundamento das desigualdades, de consolidação do mercado e do interesse privado, torna-se essencial uma reflexão acerca da partilha efetiva dos recursos e dos poderes, de forma a propiciar a participação política dos grupos tradicionalmente considerados objeto do desenvolvimento que devem tornar-se sujeito desse processo, com identidade própria, mas também coletiva. (CERQUEIRA, 2018, p. 15)

Em toda sua história, é notável o progresso obtido no campo das políticas culturais na gestão Gil/ Juca, entre 2003 e 2010. De fato, fundamentais avanços ocorreram no período, como: a politização da área cultural - promovendo formação de agentes e ampliando o diálogo com a classe -, descentralização da distribuição de recursos pelo país, estabelecimento de políticas de Estado, aumento do recurso destinado à pasta - em 2003 o orçamento era de R\$ 359 milhões<sup>22</sup>, em 2010 de R\$ 2,23 bilhões<sup>23</sup>, além do investimento em pesquisa sobre a área, para que fosse possível pensar políticas públicas efetivas para a cultura.

Com a gestão iniciada pelo ministro Gilberto Gil e pelo presidente Lula, o MinC superou sua condição de balcão de negócios e mecanismo de cooptação e passou a discutir políticas culturais fora dos gabinetes. Foi somente nesse momento que as políticas públicas de cultura passaram a estar presentes nos pontos vitais da cultura brasileira. O MinC passou a incluir quem nunca havia tido acesso a políticas públicas de cultura. Cultura e democracia são indissociáveis. Essa é a maior lição. Não por acaso, o campo da cultura tornou-se linha de frente da luta contra o golpe e contra o retrocesso político e social que uma minoria pretende impor ao país. (FERREIRA, 2016)

---

<sup>21</sup> Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/gasto-previsto-com-lei-rouanet-e-quase-9-vezes-maior-que-patrimonio/>>. Acesso em 3/10/20.

<sup>22</sup> Dados disponíveis em: <<http://cultura.gov.br/orcamento-do-ministerio-da-cultura-de-2013-546142/>>. Acesso em 10/10/20.

<sup>23</sup> Dados disponíveis em:

<<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2010/01/26/cultura-tera-maior-orcamento-da-historia-r-22-bilhoes>>. Acesso em 10/10/20.

Um dos maiores desafios da pasta é o fato de seu orçamento estar continuamente ameaçado. Tramitando desde 2003, a PEC 150, que prevê o repasse anual de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento estadual e 1% do orçamento municipal para a cultura, ainda não foi aprovada. Entretanto, a PEC 241 foi aprovada durante o Governo Temer, congelando os gastos da União por 20 anos (CERQUEIRA, 2018, p. 10).

Independente do grande conflito de interesses que deu origem ao MinC no período da redemocratização, a existência do ministério permaneceu com o passar dos anos um ato de resistência de artistas e gestores culturais. Apesar das vitórias no campo progressista durante os oito anos de Governo Lula, a descontinuidade dos projetos foi contínua, presente até mesmo nos anos subsequentes em que a presidenta Dilma, do mesmo partido, assumiu o Governo. Desde então, a crise no setor predominou sobre os momentos de glória.

### Referências bibliográficas

BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação**: Funarte e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4a edição. São Paulo: Global, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

### Periódicos:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A política cultural: regulação estatal e mecenato privado**. Tempo social, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 177-193, Nov. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 2/09/20.

BARBALHO, Alexandre. **“Acho que o que eu peguei foi uma coisa meio fora do normal”**: mobilização e crise na gestão Ana de Hollanda. in: Políticas públicas culturais - conjunturas e territorialidades. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <[http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/05/IC-POLCULTUR AIS\\_vol3\\_ONLINE\\_AF-2.pdf](http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/05/IC-POLCULTUR AIS_vol3_ONLINE_AF-2.pdf)>. Acesso em: 27/09/20.

\_\_\_\_\_. **Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer.** Revista de Políticas Públicas, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9230>>. Acesso em: 29/09/20.

BRASIL. **Portal da Transparência.** Controladoria Geral da União. Orçamento do Ministério da Cultura - MinC. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores/42000?ano=2018>>. Acesso em 29 mar 2020.

CALABRE, Lia. **Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula.** Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 137-156, junho de 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742014000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06/09/20.

CARLA, Jiménez. Geddel pede demissão do cargo após escândalo revelado por Calero. **El País**, São Paulo, 25 nov 2016. Acesso em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/25/politica/1480079171\\_122842.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/25/politica/1480079171_122842.html)>. Acesso em 29 mar 2020.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. **Política cultural e “crise” no governo Temer.** Revista Novos Rumos, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.10.p178>>. Acesso em 28/09/20.

FERREIRA, Juca. A verdadeira recriação do MinC. **Folha de São Paulo**, 30/05/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1775457-a-verdadeira-recriacao-do-minc.shtml>>. Acesso em 27/09/20.

FERRON, Fábio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Cultura e Política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil.** Tempo Social, revista de antropologia da USP, V. 31, n. 1. Jan-abr 2009.

Gasto previsto com Lei Rouanet é quase 9 vezes maior ao de patrimônio. **Carta Capital**, 4/09/18. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/gasto-previsto-com-lei-rouanet-e-quase-9-vezes-maior-que-patrimonio/>>. Acesso em 3/10/20.

GIL, Gilberto. Íntegra do discurso de posse do ministro da cultura Gilberto Gil. **Carta Maior**, 10/01/03. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/integra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil/12/5623>> Acesso em: 07/09/20.

HADDAD, Naief. Governo Lula teve crescimento, redução da pobreza e mensalão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29/02/20. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/02/governo-lula-teve-crescimento-reducao-da-pobreza-e-mensalao.shtml>>. Acesso em 6/09/20.

HERCULANO, Mônica. Lei Sarney, Lei Rouanet, Procultura: história, avanços e polêmicas. **Cultura e Mercado**. 28/03/2012. Disponível em:

<<https://www.culturaemercado.com.br/site/lei-sarney-lei-rouanet-procultura-historia-a-vancos-e-polemicas/>>. Acesso em 20/04/20.

JUNGLUT, Cristiane. Orçamento: Cultura fica com R\$ 3,26 bilhões em 2014, R\$ 240 milhões a menos que 2013. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez 2013. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/cultura/orcamento-cultura-fica-com-326-bilhoes-em-2014-240-milhoes-menos-que-2013-11105216>>. Acesso em 29 mar 2020.

LEITÃO, Sérgio Sá. Não há risco de censura ou análise de conteúdo na Lei Rouanet. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 16/10/17a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1927333-nao-ha-risco-de-censura-ou-analise-de-conteudo-na-lei-rouanet.shtml>>. Acesso em 3/10/20.

\_\_\_\_\_. Um novo olhar sobre a cultura. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 7/12/17b. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/12/1941270-um-novo-olhar-sobre-a-cultura.shtml>>. Acesso em 3/10/20.

MAFRA, Erich. Secretário especial da Cultura deixa cargo e critica governo Bolsonaro. **Veja**, 22 ago 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/secretario-especial-da-cultura-deixa-cargo-e-critica-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 29 mar 2020.

MORAES, Camila. A Cultura é (novamente) degolada em tempos de ajuste fiscal. **El País**, São Paulo, 18 mai 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470\\_097192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html)>. Acesso em 30 mar 2020.

NERI, Marcelo Cortes. **Desigualdade de Renda na Década**. Rio de Janeiro: FGV/ Centro de Políticas Sociais, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/21938/Texto-Principal-Desigualdade-de-Renda-na-Decada.pdf>>. Acesso em: 6/09/20.

PORTO, Marta. **Cultura e Desenvolvimento em um quadro de desigualdades**. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. Disponível em: <[http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/oqecultvol\\_2\\_porto.pdf](http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/oqecultvol_2_porto.pdf)>. Acesso em: 06/06/20.

OLIVEIRA, André. Sá Leitão: “Não temos recursos de fomento à altura da cultura brasileira”. **El País**, São Paulo, 19 jan 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/19/cultura/1516377070\\_979004.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/19/cultura/1516377070_979004.html)>. Acesso em 29 mar 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, p. 11-36, 2007. Disponível em: <[encurtador.com.br/hzO39](http://encurtador.com.br/hzO39)>. Acesso em 20/04/20.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. Celso Furtado, ministro da cultura. **Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012. Disponível em:

<[https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos\\_scf/Angelo\\_Oswaldo\\_Araujo.pdf](https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Angelo_Oswaldo_Araujo.pdf)>. Acesso em 20/04/20.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Política Cultural no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3245/1/cadvol2.pdf>>. Acesso em 6/09/20.

SUPLICY, Marta. Discurso de posse da ministra da Cultura, Marta Suplicy. **Secretaria Especial da Cultura**. Brasília, 13/09/13. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/307382-revision-v1/>>. Acesso em 27/09/20.

\_\_\_\_\_, Marta. In: **CPDOC/ FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marta-teresa-suplicy>>. Acesso em 27/09/20.

YOUSSEF, Alê. Bloco da Cultura defende a área como eixo central de desenvolvimento do país. Entrevista concedida a Giulia Garcia. **Arte Brasileiros: 27** de agosto de 2020. Disponível em: <<https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/ale-youssef-bloco-da-cultura-ataques-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 1/09/20.

WEFFORT, Francisco. In: **CPDOC/ FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/weffort-francisco>>. Acesso em 2/09/20.